

**Lei 1118/2022**

(Projeto de Lei nº 002/2022 – Autoria: Poder Legislativa)

**Dispõe sobre o quadro de cargos efetivos da Câmara Municipal de Conde (PB), e dá outras providências.**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONDE, FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** O Quadro de Cargos de Provimento Efetivo de Pessoal da Câmara Municipal de Conde/PB é definido nesta Lei.

**Art. 2º** O Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo, destinados a atender os serviços administrativos de caráter continuado, são organizados pelo seguinte grupo ocupacional:

**Parágrafo único.** Grupo de Nível Básico – Símbolo PL-CA-203 – constituído por cargos que exigem dos seus ocupantes escolaridade de nível fundamental, ministrado por instituição de ensino legalmente reconhecida.

**CAPÍTULO II**

**Do Quadro de Cargos Efetivos**

**SEÇÃO I**

**Das Disposições Gerais**

**Art. 3º** O Quadro de Cargos de Provimento Efetivo de Pessoal da Câmara Municipal é estruturado em cargos isolados, cuja natureza, simbologia, quantidade e vencimento estão definidos no **Anexo I** desta Lei.

**Parágrafo único.** A simbologia define o grupo ocupacional e o padrão de vencimento do cargo de provimento efetivo.

**SEÇÃO II**

**Dos Cargos de Provimento Efetivo**

**Art. 4º** O Quadro de Cargos de Provimento Efetivo de Pessoal da Câmara Municipal é composto pelos seguintes cargos:

- I** - Sonoplasta
- II** - Recepcionista
- III** - Agente Administrativo
- IV** - Agente de Segurança
- V** - Auxiliar de Serviços Gerais

---

## SEÇÃO III

### Do Ingresso nos Cargos Efetivos

**Art. 5º** O ingresso em qualquer dos cargos de provimento efetivo dar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observado a escolaridade de ensino fundamental, exigida para o cargo.

**§1º** A Câmara Municipal poderá exigir outros requisitos além dos previstos neste artigo, tais como formação especializada, experiência e registro profissional, desde que especificados no edital do concurso.

**§2º** É vedada a aplicação de prova oral nos concursos para provimento dos cargos efetivos da Câmara Municipal.

## SEÇÃO IV

### Das Atribuições dos Cargos Efetivos

**Art. 6º** As atribuições gerais e específicas pertinente a cada cargo de que trata o artigo anterior estão descritas no **Anexo II**, desta Lei.

## CAPÍTULO III

### Da Remuneração dos Cargos Efetivos

## SEÇÃO I

### Das Disposições Gerais

**Art. 7º** A remuneração dos servidores pertencentes aos cargos de provimento efetivo será constituída de:

- I** – vencimento básico;
- II** - adicional de tempo de serviço à razão de 5% (cinco por cento) do vencimento do servidor por quinquênio de efetivo exercício e que será concedido de ofício;
- III** – gratificações e demais vantagens pecuniárias estabelecidas em Lei.

**Art. 8º** Nenhum servidor efetivo ou estável receberá a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo vigente no país.

## SEÇÃO II

### Das Gratificações

## SUBSEÇÃO I

### Da Gratificação de Incentivo à Qualificação Profissional

**Art. 9º** Fica instituída a Gratificação de Incentivo à Qualificação Profissional aos servidores estáveis da Secretaria da Câmara Municipal de Conde, na forma e percentuais não cumulativos estabelecidos no **Anexo III** desta Lei.

**§1º** A Gratificação de Incentivo à Qualificação somente será concedida a servidores que tenham formação em áreas de conhecimento do interesse da administração.

**§2º** Os percentuais estabelecidos no **Anexo III** desta Lei incidirão sobre o vencimento básico do servidor e será implantado no mês seguinte ao deferimento.

**§3º** Somente será concedido o incentivo a que se refere este artigo por Portaria do

Presidente, mediante requerimento do servidor, instruído com a cópia e o original do diploma, o qual após a averbação nos registros funcionais será devolvido ao respectivo servidor.

§4º Para o efeito do disposto neste artigo somente serão aceitos diplomas de cursos em instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação, ou ministrados por Escolas Superior do Legislativo.

§ 5º Somente serão admitidos cursos de pós-graduação “lato sensu” com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

## **SUBSEÇÃO II**

### **Das Demais Gratificações**

**Art. 10.** Ainda poderão ser concedidas pelo Presidente da Câmara Municipal aos servidores efetivos e estáveis, as seguintes gratificações:

**I** - Gratificação de Atividade Especial - Símbolo PL-GAE - pelo desempenho de atividades especiais ou excedentes às atribuições dos respectivos cargos, pela assessoria técnica e assistência técnica as comissões permanentes ou temporárias, ou pela participação em grupos ou equipes de trabalhos constituídos pelo Presidente da Câmara Municipal.

**II** – Gratificação de Tempo Integral - Símbolo PL-GTI - pelo exercício do cargo em regime de tempo integral.

**Parágrafo único.** Os valores das gratificações de que tratam os incisos I e II, deste artigo, são os constantes do **Anexo IV** desta Lei.

**Art. 11.** A Gratificação Adicional de Periculosidade - Símbolo PL-GAP - será devida aos ocupantes do cargo de Agente de Segurança, pelo exercício de atividade sujeita a condições especiais, que prejudique a sua integridade física ou implique em risco de vida, correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento básico.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 12.** O regime jurídico aplicável aos servidores efetivos ou estáveis da Câmara Municipal é exclusivamente o estatutário, cujas vantagens, direitos e deveres que não contrarie esta Lei, estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Conde, Estado da Paraíba.

**Parágrafo único.** Os servidores de que trata o “caput” deste artigo contribuirão para previdência oficial na forma da legislação de regência.

**Art. 13.** Sobre as vantagens não incorporáveis ao vencimento não incidirá a contribuição previdenciária, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

**Art. 14.** Para os efeitos desta Lei consideram-se servidores estáveis:

**I** - os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público após três anos de efetivo exercício.

**II** - os servidores considerados estáveis no serviço público por força do disposto no art. 19, do ADCT da Constituição Federal.

**Art. 15.** A jornada de trabalho dos servidores de cargos de provimento efetivo será de trinta horas semanais, cumprida de acordo com as necessidades da Secretaria da Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** Fica vedada a prestação de serviços extraordinários.

**Art. 16.** Os dispositivos desta Lei aplicam-se, no que couber, aos inativos e pensionistas da Câmara Municipal, nos termos da Constituição Federal.

**Art. 17.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da Câmara Municipal.

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1 de março de 2022.

**Art. 19.** Revogam-se as disposições em contrário.

Conde, 03 de Março de 2022.

**KARLA PIMENTEL**  
Prefeita de Conde